

Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional

Paulo Ricardo Bavaresco¹
Douglas Orestes Franzen²
Tiones Ediel Franzen³

Resumo: O artigo é fruto do projeto de pesquisa intitulado de “O desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Bandeirante e Barra Bonita”, desenvolvido no ano de 2004, financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade do Oeste de Santa Catarina e pelo Artigo 170 do Governo do Estado de Santa Catarina. O propósito é de contextualizar o processo de colonização do extremo oeste de Santa Catarina no contexto migratório do século XX como região de fronteira, no intuito de oferecer também uma compreensão da formação do espaço e da sociedade regional da atualidade. São abordadas três regiões como projetos de colonização que originaram os municípios que atualmente compõem a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, abordando aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos nos processos de emancipação numa região de fronteira. Os projetos de colonização contextualizados são a colonização alemã do alto vale do Rio Uruguai nos municípios de Mondaí e Itapiranga, da região da fronteira entre Brasil e Argentina no município de Dionísio Cerqueira e do espaço onde se formou o município de São Miguel do Oeste.

Palavras-chave: oeste catarinense, colonização, migração

Colonization policies in the far West of Santa Catarina and reflections in its regional training society

Abstract: This article is the result of a research project titled "The socio-economic development of the municipalities of Bandeirante and Barra Bonita", developed in 2004, funded by the Research Support at the University of the West of Santa Catarina and the Article 170 from Government of the State of Santa Catarina. The purpose is to contextualize the process of colonization of the far-west from Santa Catarina in the migratory context of the twentieth century as the border region, also in order to offer an understanding of the formation of regional space and society today. Cover three areas that were considered colonization projects that originated municipalities that currently make up the Association of Municipalities of Far West Santa Catarina,

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Docente da Universidade do Oeste de Santa Catarina e-mail: paulo.bavaresco@unoesc.edu.br.

² Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo, Bolsista Capes. e-mail: douglas.franzen@yahoo.com.br

³ Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Viçosa, Bolsista Capes. e-mail: tionesf@yahoo.com.br

addressing cultural, social, economic and political emancipation process in a border region. Address the German colonization of the upper valley of the River Uruguay and in the municipalities of Mondai and Itapiranga, the border region between Brazil and Argentina in the municipality of Dionísio Cerqueira and space that formed the São Miguel do Oeste county.

Keywords: west of Santa Catarina, colonization, migration.

CONTEXTO DA DISCUSSÃO

O desenvolvimento do oeste catarinense pode ser caracterizado pelas peculiaridades de processos de ocupação de regiões de fronteira. Podemos perceber que ao longo da história houve uma constante nos processos de contestação dos limites de fronteira entre dois estados-nação ou até mesmo entre províncias, através de acordos de fronteira e disputas por regiões de influência. Esses litígios, para determinar com precisão certa faixa de fronteira, geraram guerras entre países, estados e províncias. De maneira geral, essa situação de conflito entre fronteiras foi um fator determinante no processo de ocupação populacional destes espaços, ou para resguardar o direito de posse da terra através da ocupação organizada, ou para colonizar a região visando a formação de uma população alinhada com os interesses do Estado, dando um aspecto civilizatório a uma região considerada “terra de ninguém”, um “sertão” a ser ocupado.

Em primeiro lugar é preciso compreender que esta região atualmente faz divisa com a Argentina e com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, o que naturalmente gerou situações de conflito ao longo da história para garantir a posse da terra. Em segundo lugar, no início do século XX, como uma espécie de consequência da primeira, surgiu a necessidade de se “civilizar” a região, numa clara alusão a necessidade de se colonizar o espaço de forma sistematizada, para sobrepor concepções até então presentes como terras devolutas ou habitadas por posseiros não alinhados aos interesses do Estado.

A região que tratamos no presente artigo esteve atrelada a interesses de domínio de portugueses e espanhóis ainda no período colonial, através de tratados e acordos de fronteira. Da mesma forma, o processo de ocupação das terras pelos índios, guaranis e *kaigangs*, gerou o interesse dos espanhóis e portugueses através das missões jesuíticas e também pelas Entradas e

Bandeiras. Nem sempre estes movimentos respeitavam os limites de fronteira, já que o sentimento do *uti possidetis* era tido como natural no período.

Os desentendimentos sobre a questão da fronteira foram muitos ao longo do período colonial, principalmente pelas dúvidas quanto às faixas de fronteiras definidas em tratados e acordos como o Tratado de Tordesilhas (1494) e o Tratado de Madri (1750). Tanto é que, no ano de 1777 foi selado o Tratado de Santo Ildefonso, que garantia ao reino espanhol todo o lado oeste da linha que partia do Forte de Santa Teresa, no Uruguai, até o Rio Guarita, adentrando o Rio Apeteraí (mais tarde denominado Macaco Branco) e Pequeri (nomeado posteriormente de Peperi Guaçú), em Santa Catarina.

O território continuou sendo contestado durante os séculos XVIII e XIX através de bandeirantes e serviçais responsáveis por demarcar os mapas, fazendo confusão quanto a real localização da região de fronteira. Nesse sentido o mesmo espaço foi nomeado pelos argentinos de Território de Misiones, e pelos brasileiros de Território de Palmas. As disputas entre argentinos e brasileiros pela posse da região somente seria julgada em corte internacional no ano de 1895, arbitrada pelo presidente americano Grover Cleveland.

Antes mesmo de ser encerrada a questão litigiosa entre o Brasil e a Argentina, o Estado de Santa Catarina requisitou a posse da região, fato considerado um absurdo pelo Estado do Paraná. A área em questão passou a chamar-se de Contestado, sendo por duas vezes garantida através do Estado brasileiro como território catarinense. Chegou-se a cogitar a criação de um novo Estado, o das Missões, no entanto através de um acordo de terras foi selada a paz entre catarinenses e paranaenses no ano de 1915. Para garantir a posse da região, o estado catarinense fundou em 1917, o município de Chapecó, englobando boa parcela da grande região Oeste de Santa Catarina.

Com todo esse histórico conflituoso, é claro que não foi possível se organizar um projeto de colonização no extremo oeste catarinense até o início do século XX. Mesmo assim, a região era habitada por posseiros, alguns descendentes dos antigos povos indígenas, outros refugiados de guerras, peões de empresas exploradoras, demarcadores de divisas, bandeirantes e comitivas, recrutados e assentados para garantir direitos territoriais futuros,

militares de campanha e missionários jesuítas interessados na população indígena da região.

A ocupação do espaço do oeste catarinense está diretamente ligada a construção da estrada de ferro que ligava o Estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Oficialmente a empresa responsável pela construção, a norte-americana *Railway Company*, recebeu uma faixa de 15 quilômetros nas duas margens da ferrovia. No entanto, a empresa apossou-se de praticamente todo o território do Oeste catarinense, vendendo as terras para empresas colonizadoras e explorando a atividade madeireira. Após o término da construção da ferrovia a empresa despediu milhares de trabalhadores, sendo que a maioria deles acabou fixando residência na região, vivendo como posseiros em terras devolutas.

O extremo oeste catarinense era cortado no início do século XX pelos chamados *Peabirus* indígenas: picadas abertas por onde transitavam índios – guaranis e *kaigangs* – que praticavam a silvicultura. Estas picadas certamente também serviram de passagens para missionários espanhóis e bandeirantes paulistas. Segundo Heinen (1991), apareciam sinais de um antigo estradão, ao longo dos rios Índio e Flores, com capoeira e mata de segunda geração. A Coluna Prestes, no ano de 1925, também aproveitou essas picadas para atravessar a região de Mondaí-SC até Barracão-PR.

O depoimento de Othon Gama D’Eça, que acompanhou a comitiva oficial do governador catarinense Adolfo Konder Reis no ano de 1929, fez apontamentos que caracterizam os personagens encontrados no extremo oeste catarinense no período:

Encontramos, acampados num “passo”, dois camaradas que andam a roçar a picada: um grande velho, com a cara cheia de rugas como o caroço de pêssego, e um rapazola robusto, cor de cobre, de olhar zombeteiro e cabelos ásperos como o cedenho, já de *winchester* pela bandoleira. (In: SILVA, 2004)

A comitiva oficial do governo catarinense teve como propósito oficializar a posse da região pelo estado catarinense, e por que não dizer, pelo Estado Brasileiro. A intenção era fixar a bandeira nacional num território de histórico conturbado e litigioso, como pudemos ver no depoimento acima, considerado um território de forasteiros e desertores, um território “sem lei”.

O objetivo é o de contextualizar o processo de colonização do extremo oeste catarinense, de forma metódica e sistematizada, através de projetos de colonização oficiais, dirigidos por empresas colonizadoras. Na visão dos órgãos governamentais e das empresas, colonizar a faixa de fronteira representava levar a civilização ao sertão e garantir a ocupação ordenada do espaço, tão contestado ao longo da história. Na visão das empresas colonizadoras e dos que compraram lotes de terras, era uma oportunidade de gerar riqueza através da exploração da madeira, da venda de terras, e da perspectiva presente no imaginário do colonizador: derrubar a mata e iniciar uma atividade econômica.

Para isso, tomaremos como fundo de discussão três projetos de colonização. O primeiro deles é a colonização alemã no Vale do Rio Uruguai. O segundo, da tríplice fronteira de Dionísio Cerqueira. E, por último, a colonização da região de São Miguel do Oeste. Três empreendimentos colonizadores que nos dão subsídios para caracterizar, de maneira geral, o processo de colonização da fronteira Oeste do estado catarinense. Todavia, em não raros momentos, citaremos como exemplo outros empreendimentos colonizadores do extremo oeste catarinense. Nosso intuito é colaborar na discussão quanto a formação do espaço e do povo da fronteira oeste do Estado de Santa Catarina.

Consideramos que estes três empreendimentos colonizadores foram importantes para o desenvolvimento histórico do extremo oeste catarinense, podendo ser considerados referências históricas, pois geraram futuramente a emancipação da maioria dos municípios que na atualidade compõe a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, a AMEOSC.

Nesse sentido, temos a colonização do Vale do Rio Uruguai, com os municípios de Itapiranga e Mondaí, que geraram os municípios de São João do Oeste, Tunápolis, Iporã do Oeste, Descanso, Santa Helena e Belmonte. A região da colonização de São Miguel do Oeste, que gerou os municípios de Bandeirante, Barra Bonita, Paraíso, Guaraciaba, Guarujá do Sul e Anchieta. Da colonização de Dionísio Cerqueira foram fundados os municípios de São José do Cedro e Princesa.

A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO VALE DO RIO URUGUAI

A colonização do Vale do Rio Uruguai representou a primeira iniciativa de um projeto de colonização organizado realizado no extremo oeste de Santa Catarina. Nesse sentido, foi decisiva a atuação da Empresa Chapecó-Pepery, fundada no ano de 1919 no município gaúcho de Carazinho, com o objetivo de comprar terras e fundar projetos de colonização no extremo oeste catarinense.

No ano de 1922 a empresa colonizadora Chapecó-Pepery Ltda fundou a colonização Porto Feliz, considerada o primeiro empreendimento colonizador do extremo oeste catarinense. Quatro anos mais tarde, no ano de 1926 é fundada a colonização Porto Novo, sob coordenação da Sociedade *Volkverein*. Essa região ficou conhecida historicamente como de colonização alemã. Apesar de a colonização Porto Feliz não ter o caráter étnico e confessional como requisito para a compra de terras, a grande maioria dos colonos que ali compraram seus lotes de terras eram alemães, principalmente ligados a religião evangélica. Já a colonização Porto Novo, foi idealizada e posta em prática pela colonizadora *Volkverein*, uma instituição vinculada aos Padres Jesuítas, de caráter étnico por aceitar somente a população de descendência germânica e também confessional, por ser um dos critérios para compra da terra a religiosidade católica.

Podemos concluir que foram idealizados guetos étnicos e confessionais no Vale do Rio Uruguai. Mesmo que na colonização Porto Feliz essa política não era oficial, o processo de venda de terras e a destinação das famílias dos colonos respeitavam algumas regras nesse sentido. Já na colonização Porto Novo, estes requisitos eram respeitados pela empresa *Volkverein*, sendo o requisito étnico e confessional fundamental para a compra de terras. No estudo de Reichert (2008), podemos compreender que o elemento caboclo não foi visto com bons olhos pelas colonizadoras e pelos colonos, porque, de maneira geral não possuía a propriedade da terra e não se enquadrava nos padrões culturais da colonização.

Quanto a colonização Porto Feliz, Jungblut destaca:

Já em 1923, o Sínodo Riograndense se interessou em cultivar a religião dos habitantes de Porto Feliz. Os chefes colonizadores de Porto Feliz eram todos da religião protestante e por isso tornou-se conveniente que os

imigrantes fossem protestantes também. Contudo, como era empreendimento com fins lucrativos, a colônia Porto Feliz estava aberta para pessoas de qualquer credo ou etnia. De fato, vieram muitos protestantes e poucos católicos apostólicos romanos. Vieram muitos alemães e alguns italianos. Os diretores acharam por bem destinar uma área para os italianos e fundaram a Linha Vorá para eles. Pensaram em recomendar uma área para os católicos, mas não chegaram a tanto. (JUNGLUT, 2004, p. 66)

Em relação a colonização Porto Novo, Werle destaca que:

Os lotes assim demarcados seriam vendidos a colonos, sendo privilegiados os descendentes de imigrantes alemães da religião católica e a seus descendentes, sendo dificultado o acesso a terra por parte de colonos que não fossem desta confissão e não falassem este idioma. Com esta triagem, pretendia-se formar uma comunidade étnica e religiosamente homogênea, que há muito vinha sendo debatido nos congressos católicos (WERLE, 2011, p. 174)

Um dos fatos que marcou o processo inicial das colônias alemãs no Vale do Rio Uruguai, foram as dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas de colonização. Tanto a Empresa Chapecó-Pepery quanto a Sociedade *Volksverein*, fizeram empréstimos volumosos junto a agências de crédito do Rio Grande do Sul para comprar as áreas de terras da colonização. Ambas ficaram responsáveis por oferecer uma infraestrutura mínima aos colonos, como estradas e centros comunitários, e isso gerou altos custos. No entanto, muitos colonos enfrentaram dificuldades nos primeiros anos em quitar suas dívidas contraídas na compra dos lotes coloniais, o que afetou financeiramente as instituições colonizadoras. Diversas foram as soluções encontradas, como oferecer a dispensa da dívida aos colonos em troca de dias de trabalho na abertura de estradas ou até mesmo pedir dinheiro de órgãos governamentais.

A grande dificuldade encontrada nos primeiros anos de colonização do Vale do Rio Uruguai foi justamente a infraestrutura básica, principalmente as estradas. Nesse sentido, até por volta do ano de 1926, as relações comerciais da região do Vale do Rio Uruguai se davam quase que exclusivamente com o Estado do Rio Grande do Sul, a não ser na atividade da exploração da madeira, que era comercializada nas primeiras décadas através do sistema de balsas com a Argentina.

As duas colonizações sofreram nos primeiros anos pelo isolamento da região, principalmente no que tange no aspecto econômico e social. Quanto às relações comerciais os produtos de valor de venda e que logravam serem transportados até longínquos centros de compra e distribuição, eram o fumo e a banha. Em relação às questões sociais, temos de destacar a assistência à saúde, pela escassez de médicos e hospitais. Por volta do ano de 1925, a população da colônia Porto Feliz sofreu com uma epidemia de tifo, que logo em seguida se alastrou também para a colônia Porto Novo, influenciando inclusive a venda de novos lotes de terra pelo medo que se alastrou diante de tal epidemia. Conforme Jungblut (2004, p. 244), “a mortalidade infantil era alta por problemas de parto, infecções pulmonares, difteria, desidratação e, acima de tudo, por total falta de assistência médica.”

Outro episódio que marcou as primeiras décadas de desenvolvimento das duas colonizações foi o processo nacionalização, implantado no ano de 1938 em todo o Brasil. Este episódio afetou diretamente os povos de origem europeia, inclusive os alemães e italianos. Nas escolas e nas relações comunitárias passou a ser proibido escrever ou falar a língua alemã, sendo os professores proibidos de lecionar nessa língua. Isso afetou bruscamente os colonos, pois a maioria deles somente falava o alemão, o que dificultou o processo de ensino e aprendizagem pela dificuldade que a população teve em aprender a língua portuguesa. Com a Segunda Guerra Mundial a perseguição aos valores culturais alemães ficou ainda mais intensa, sendo inclusive muitos alemães da região considerados inimigos de guerra, sofrendo perseguições, torturas e ordens de prisão. Foi um período difícil para as colônias alemãs do Vale do Rio Uruguai.

De maneira geral, podemos afirmar que a colonização alemã do Vale do Rio Uruguai foi recortada em pequenos lotes rurais de aproximadamente 25 hectares, que seriam vendidos para colonos que praticariam a agricultura sustentada na produção familiar. Portanto, desde o início dos empreendimentos de colonização a atividade econômica que se destacou na região foi a agricultura familiar. As famílias dos colonos, principalmente nas três primeiras décadas da colonização, viviam basicamente da subsistência, plantando produtos para a alimentação e criando animais domésticos. O

dinheiro era conquistado com a venda de produtos da colheita, mas a rentabilidade era muito baixa.

Após a década de 1950 a região passou por um processo de crise, primeiro, pelo problema da sucessão familiar através das limitações das propriedades rurais, não dando aos jovens agricultores a oportunidade de herdar seu lote de terras e continuar a atividade da família. Em segundo, pelo processo de êxodo rural percebido principalmente a partir da década de 1970.

Atualmente a base econômica da região do Vale do Uruguai ainda é a agricultura, principalmente a de caráter familiar. Dos municípios da região, somente Mondaí que tem sua população majoritariamente urbana, sendo que dos 10.231 habitantes, 6.305 vivem no meio urbano, conforme dados do Censo do IBGE de 2010. Essa realidade é fruto do intenso processo de industrialização e urbanização que ocorreu no município nas últimas décadas.

No município de São João do Oeste, por exemplo, conforme o Censo do IBGE de 2010, residiam 6.036 habitantes, sendo que desta população 64% vivia no meio rural. Conforme dados do Relatório de Desenvolvimento Econômico de São João do Oeste do ano de 2010, a agropecuária foi responsável por 81,79% do total do movimento econômico do município. A agropecuária alicerçada na pequena propriedade familiar é atualmente, como no passado, o grande alicerce da economia da maioria dos municípios do Vale do Rio Uruguai.

A OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL E ARGENTINA EM DIONÍSIO CERQUEIRA

A ocupação da fronteira entre Brasil e Argentina na região de Dionísio Cerqueira pode ser dividida em dois períodos históricos: antes e depois da implantação dos projetos de colonização. Podemos afirmar que das regiões do extremo oeste catarinense, foi a que mais teve influência nos processo de definição de fronteira, primeiro entre a Argentina e o Brasil, e em seguida, entre Paraná e Santa Catarina.

A região é caracterizada como uma região de campos, diferentemente das outras regiões, onde a mata subtropical, densa e fechada, dificultou a ocupação antes da implantação dos projetos de colonização. A região dos

campos foi desde o século XVIII e mais intensamente a partir do século XIX, habitada por vaqueiros e aventureiros a serviço de fazendeiros e do governo. Os Campos do “Erê”, numa analogia ao atual município de Campo Erê, foram sede de fazendas que serviam para a criação de gado que abasteciam as regiões do Paraná, Minas Gerais e São Paulo. A atividade pecuária pode ser considerada o primeiro ciclo econômico do extremo oeste catarinense.

A vida rude no campo refletia no modo de vida do serrano, elemento pecuarista e extrativista das regiões serranas de Santa Catarina e do Paraná. As casas tinham plantas parecidas: eram baixas, térreas, com uma porta e duas janelas sem vidraças, e, em alguns casos, possuía uma pintura à base de cal. Nas proximidades havia um poço para abastecer a família com água, uma pequena horta cercada com estacas e, raramente, possuíam um pomar. Um galpão nos arredores da casa era quase que indispensável, pois servia como depósito de lenha para o inverno, de uma pequena quantidade de milho e palha, bem como servia como abrigo de pouso para os tropeiros de passagem.

A região de Dionísio Cerqueira foi desde o século XIX um entreposto comercial entre o Brasil e a Argentina, principalmente no período da comercialização da erva-mate, espécie de árvore nativa da região dos campos, muito apreciada para a tradição sulina do chimarrão. A retirada da erva-mate dos campos geralmente era feita pelos caboclos que viviam na região.

Para a Argentina que se tropeavam pequenas tropas de gado e mulas carregadas de erva-mate, para comercializar quando faltavam gêneros de primeira necessidade. Em Baracon, Argentina, na fronteira com o atual município de Dionísio Cerqueira, encontrava-se facilmente sal, banha e munição, indispensável para a vida nos campos, bem como para aqueles que se embrenhavam nas matas à procura de erva-mate.

A colonização ordenada da região de Dionísio Cerqueira iniciou por volta da década de 1940, através da Colonizadora Barth, Anonni e Cia Ltda. No entanto a colonização da região fronteira de Dionísio Cerqueira é muito antiga. Temos como exemplo a construção do Marco da Fronteira, erguido já no ano de 1903. Outro episódio que marcou a história da região foi a passagem da Coluna Prestes, no ano de 1925, deixando como legado histórias e lendas acerca daquela região, como é o caso da Batalha da Separação.

Com a implantação de um projeto de colonização na década de 1940, os modos de vida tradicionais da região de fronteira foram sendo transformados gradualmente com a implantação de pequenas propriedades agrícolas e com o processo de escrituração das terras. Compraram terras na região, famílias de colonos vindas do Estado do Rio Grande do Sul, descendentes de alemães, italianos, poloneses e mais tarde, de árabes. Todas estas etnias, somadas aos portugueses, espanhóis e caboclos, formavam uma diversidade cultural muito rica na região da trílice fronteira.

Aspecto que queremos destacar é a formação de latifúndios na região dos campos, incluindo a região de Dionísio Cerqueira e de Campo Erê. Esse processo de formação dos latifúndios está historicamente ligado ao processo de concessão de terras iniciado no século XIX a fazendeiros dispostos a promover a ocupação dos campos. Temos nesta região vastas áreas de terras sob propriedade de fazendeiros, e muitas famílias de camponeses trabalhando como arrendatários ou até mesmo como posseiros.

Nesse sentido, em Dionísio Cerqueira temos uma experiência de assentamento de sem-terra, composto de famílias de camponeses provindas de diversas regiões do oeste catarinense, principalmente da região de Dionísio Cerqueira. Na década de 1980 foi fundado o Assentamento “Conquista na Fronteira”, reunindo famílias de camponeses que historicamente estavam desprovidos da posse da terra.

Estabelecendo um comparativo com área territorial dos municípios em relação ao número de propriedades agrícolas, podemos compreender melhor essa questão de concentração da terra na região de Dionísio Cerqueira. O município possui uma área 379 quilômetros quadrados, sendo que o IBGE (2010) registrou a existência de 1.329 propriedades agrícolas. Se pegarmos como comparativo o município de Itapiranga, por exemplo, numa área bem menor de 282 quilômetros quadrados, existem 1369 propriedades agrícolas (IBGE, 2010).

Se fizermos um comparativo com o município de São Miguel, que igualmente tem sua população majoritariamente urbana percebemos que a densidade demográfica é mais acentuada comparada a Dionísio Cerqueira. Em São Miguel do Oeste a densidade demográfica em 2010 era de 154 hab/km², numa área total de 234 km². Já em Dionísio Cerqueira viviam 39 hab/km² numa

área muito superior de 379 km² (IBGE, 2010). Isso é mais um indício de que há poucas pessoas vivendo nas vastas áreas de terras da região da tríplice fronteira, se levar em consideração os outros municípios do extremo oeste catarinense.

A COLONIZAÇÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Em relação à colonização da região de São Miguel temos de levar em consideração as picadas – *peabirus*– que por ali passavam, que serviam de passagem e ponto de descanso para expedições e também de trânsito de nativos. A falta de documentos e depoimentos torna difícil para a historiografia caracterizar esses personagens, o que faziam e porque estavam transitando nessa região.

Oficialmente, o estado brasileiro no ano de 1940, tomou uma faixa de 150 quilômetros de terras a partir do Rio Peperi-Guaçú, que ainda não possuíam um projeto de colonização. Essas terras foram revendidas, ou em determinados momentos entregues gratuitamente a empresas que se prontificaram a colonizar a região de São Miguel do Oeste: Alberico Azevedo; Barth, Benetti e Cia Ltda; Madeireira Iguassu Ltda; Colonizadora e Madeireira Bandeirante Ltda; Pinho & Terras Ltda; Sociedade Madeireira Santa Rita Ltda.

De maneira geral, essas colonizadoras queriam explorar a riqueza em madeira ali existente. A prática da venda de lotes viria em seguida, geralmente para famílias provindas das colônias mais antigas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que encontravam dificuldades em absorver a grande quantidade de mão de obra disponível.

A empresa Barth, Benetti e Cia Ltda fundou no ano de 1940, a Vila Oeste, quando, em março daquele ano chegaram à nascente do Arroio Guamirim Alberto Santuare, Henrique Santuare e Ângelo Longhi, enviados pela empresa para fazer o reconhecimento do espaço. Porém, a primeira gleba de colonos só foi instalada em 12 de Setembro daquele ano, com a chegada das famílias de Francisco Ferrasso, Ângelo Longhi, Reinaldo Pimentel, Caetano Silvestre, Carlos Lesch, Fernando Lohmann, Aurélio Lazarotto e Guerino Andreatta. Este local é reconhecido como o centro da colonização, porque é nesse espaço que se desenvolveu o centro do município de São Miguel do

Oeste. Mas vale ressaltar que nas outras porções de terras adquiridas pelas demais empresas a colonização ocorreu no mesmo período. Por exemplo, quando da instalação da Vila Oeste, já funcionava nas imediações do atual Bairro Santa Rita, uma serraria, chefiada pela Sociedade Madeireira Santa Rita Ltda. Além do mais, a colonização da região do atual município de Bandeirante já havia iniciado por volta de 1935.

Construído um barracão ao lado do Arroio Guamirim, local onde os que chegavam à Vila Oeste se alojavam, cada família escolhia o local onde morar e, através de iniciativas coletivas de vizinhos, construía-se a casa da família. Segundo Heinen,

Todo início de colonização é difícil e cheio de problemas. A de Vila Oeste teve agravantes de peso: a grande guerra com a falta de gasolina e pneus; a grande seca sem enchentes por 3 anos; a crise financeira dos madeireiros e agricultores, além da praga de mosquitos borrachudos. (HEINEN, 1991, p. 98)

No ano de 1944, chegou a Vila Oeste para administrar a colônia o senhor Olímpio Dal Magro. Este elaborou um projeto de loteamento dos terrenos da sede e das glebas e contratou um agrimensor para o serviço da medição. Delimitada a área que seria o centro da Vila, o restante foi dividido em lotes de 25 hectares cada, que eram vendidos aos migrantes que vinham do Rio Grande do Sul.

A atuação dos caboclos foi determinante na derrubada de matas e na abertura de estradas. Em geral eram contratados pelas colonizadoras e pelos colonos para efetuar os serviços mais pesados da atividade pioneira. Segundo Silva,

Aos olhos destes dirigentes e de boa parte da população local, caboclos e indígenas não passavam de mão-de-obra barata a ser utilizada em madeiras, no transporte das balsas, na abertura de estradas, no trabalho com a erva-mate, na empreitada de lavouras, entre outras atividades. Além disso, estes últimos não faziam parte da cidade idealizada por segmentos da sociedade regional, pois eram vistos como sinônimo de atraso e, portanto indesejáveis dentro de uma lógica desenvolvimentista e de progresso. (SILVA, 2004, p. 96)

As etnias excluídas dos padrões de desenvolvimento e progresso desejados pelas companhias colonizadoras e pelas comunidades de colonos eram subordinadas, sendo expulsas das terras que ocupavam para não atrapalhar o desenvolvimento do projeto de colonização. Além do mais, não se encaixavam nos padrões idolatrados do “verdadeiro” colonizador: o homem forte, de ascendência europeia, desbravador do ambiente natural. Sendo as terras férteis, a empresa colonizadora realizava uma intensa propaganda nas velhas colônias do Rio Grande do Sul. Essa propaganda era mais do que necessária, pois as dificuldades atravessadas no início da colonização, não entusiasmaram os possíveis compradores de terras.

Ao comprar seu lote de terras, os colonos eram assentados conforme a sua etnia e religião. Esse critério étnico foi abandonado mais tarde, por ferir a liberdade dos colonos em escolher seu local de moradia, ou pelo simples fato de dificultar a negociação. Assim, foram se desenvolvendo algumas comunidades localizadas no interior, como Bandeirante, Barra Bonita, Campos Sales, Linha Caxias, Barra do Guamirim, entre outras. Essas famílias migravam para o extremo oeste catarinense em busca de um sonho de fartura e de riqueza, já que a oferta de terras e a fertilidade dos solos nas colônias mais antigas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina encontravam-se limitadas.

A agricultura, nos primeiros anos de colonização era praticada de forma bem rudimentar. A agricultura tradicional era caracterizada pelas limitações de técnicas de cultivo e de manejo dos recursos naturais, o que dificultou bastante a vida das famílias dos colonos na produção de alimentos e de excedentes para comercialização. Aliás, a condição era agravada ainda mais pelas limitações de comercialização da produção agrícola. Em geral, a maioria das pessoas trabalhava na agricultura, até mesmo os caboclos que atuavam como campeadores de gado. Os demais trabalhavam na derrubada das matas, no transporte da madeira até os rios e na abertura de estradas.

Nos primeiros anos, Vila Oeste era somente uma pequena vila, com um modesto hospital, hotel e escola. Padre Aurélio Canzi, quando da sua chegada à região no ano de 1944, registrou em seu diário:

[...] nem se podia falar em Vila: uma única estrada aberta, a atual Getúlio Vargas, com 4 metros de largura, fazendo voltas para desviar dos tocos mais reforçados; uma sesmaria e moinho, tocados a água e outras em

construção; 17 famílias na sede todas sofrendo com a cruel seca; a igreja inacabada. Fiquei apavorado com a calamidade do mosquito borrachudo. As pessoas com as orelhas, rosto, braços e pernas inchadas, quase em chaga viva, de tanta picada. Todos fumavam, faziam fogo onde trabalhavam, passavam banha no corpo, para espantar os mosquitos. (In: HEINEN, 1991, p. 99)

A chegada do Padre Aurélio Canzi e a instalação da Igreja, sendo o padroeiro São Miguel Arcanjo, protetor dos madeireiros exportadores, significou muito para Vila Oeste, pois o Padre Canzi incentivou o desenvolvimento da Vila e estimulou a população a acreditar no empreendimento colonizador através da fé e da religiosidade. A persistência do padre foi um dos fatores que impediu a falência da colonização no momento em que os colonos quiseram abandonar a região por causa da seca da década de 1940, a qual impedia que as balsas pudessem ser transportadas, por causa do baixo leito do rio e dos efeitos da Segunda Guerra Mundial. A vida naquele período foi realmente dramática para a população da região. No final da década de 1940, a abertura de uma estrada até Dionísio Cerqueira e a instalação de um hospital deram um novo ânimo para Vila Oeste naquele período.

E com a organização da Sociedade Amigos de Vila Oeste, a vila conseguiu desmembrar-se do distrito de Mondaí, em 1949, e tornar-se o 15º distrito de Chapecó com a denominação de São Miguel do Oeste. Em contrapartida, a formação da sociedade Amigos de Vila Oeste, fez com que surgisse uma elite política e econômica, que estaria presente em quase todos os segmentos do desenvolvimento de São Miguel do Oeste. Esta elite, predominantemente urbana, desvalorizou os pioneiros que se instalaram no campo e valorizou o pioneirismo e a bravura de poucas famílias urbanas.

Deste período que foi de 1940 a 1954, os que sobressaíram foram identificados como pioneiros e desbravadores os quais, especialmente a partir de 1984, passaram a ser oficialmente diferenciados dos demais habitantes locais. Ser um deles a partir de então tornou-se um fator de distinção social ou uma espécie de prêmio que muitos até hoje buscam conquistar.(SILVA, 2004, p. 28)

No ano de 1953, São Miguel do Oeste conseguiu sua emancipação, sendo Olímpio Dal Magro o primeiro prefeito. E a partir do momento em que

passou a ser município, São Miguel do Oeste desenvolveu-se para tornar-se o município polo do extremo-oeste catarinense.

Em contrapartida, aqueles que desde o início do processo de colonização fizeram parte dos excluídos dos padrões de desenvolvimento – caboclos e indígenas – ainda hoje vivem á margem do “modelo” de sociedade idealizada pela elite migueloestina. Juntam-se a estes sujeitos os agricultores expulsos do campo, pela desvalorização da atividade agrícola.

Episódio que merece destaque nesse sentido é a formação do assentamento provisório de sem terras criado na localidade de Bandeira. Conforme reportagem do Jornal Celeiro Regional, de 06 de Junho de 1985, foram recolhidas famílias que residiam de forma irregular na cidade de São Miguel do Oeste e ao longo de rodovias da região, e alocadas nessa área de assentamento provisório do município de Bandeirante (In: JORNAL CELEIRO REGIONAL, 1985, p. 07).

São Miguel do Oeste convive na atualidade com problemas enfrentados pela maioria das grandes cidades brasileiras: formação de bairros com precárias condições de saneamento básico e assistência social e uma população que sobrevive em subempregos. Essa situação, como afirma Silva (2004), é fruto da sobreposição dos aspectos e dos sujeitos urbanos em relação aos aspectos rurais de São Miguel do Oeste, prática efetuada desde o início da colonização do município. O desenvolvimento idealizado pela população pertencente à elite política e econômica de São Miguel do Oeste sempre esteve prioritariamente voltado para a economia e a cultura urbana. Isto é explicado pelo grande esforço das lideranças e associações municipais em fundar empresas no intuito de solidificar a economia urbana do município.

A instalação de empresas no espaço urbano de São Miguel do Oeste demonstra ter sido de interesse das lideranças municipais, e essa prática foi alicerçada com o apoio dos governos estadual e federal, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970.

Existiu uma relação muito forte entre o empresariado local e o Estado. Percebe-se isso através das ligações que se pode fazer, tendo como chave o fato de que o próprio empresário foi participante da vida política da época, sendo eleito prefeito em 1954. Percebe-se também, entre 1955 e 1960, uma série de empresas multinacionais foram instaladas em São

Miguel do Oeste, com o objetivo de comercialização, tendo o Estado como impulsionador. (MOREIRA, 1995, p. 47)

De fato, São Miguel do Oeste, juntamente com Dionísio Cerqueira e Mondaí, são os únicos municípios do extremo-oeste que tem atualmente sua população predominantemente urbana. Segundo Censo Demográfico do IBGE, no ano de 2010, São Miguel do Oeste contava com 36.306 habitantes, sendo que 88% da população do município residia no meio urbano.

Fato que destacamos, com base no estudo de Silva (2004), são os aspectos quanto à formação deste espaço urbano da cidade de São Miguel do Oeste, que conforme o autor formou guetos populacionais, ocasionando graves problemas de desigualdade social e favelização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do espaço do extremo oeste catarinense, de forma metódica e organizada através de empreendimento de colonização, iniciou a partir da década de 1920. No entanto, já muito antes a região aparecia em documentos com referência a questões de divisas entre estados e nações, através de expedições jesuíticas e de bandeirantes, e claro, através da ocupação de povos nativos. O objetivo do artigo é de contextualizar o processo de ocupação da região buscando relacioná-lo com a formação da sociedade regional. Nesse sentido, nosso foco de discussão se sustentou sobre três regiões de colonização, abordando características peculiares de cada região.

A primeira delas é a região de colonização do Vale do Rio Uruguai através da predominância de colonizações de caráter étnico e confessional. Nessa região tivemos a formação de guetos étnicos, principalmente de alemães e italianos, que colonizaram a região com base na formação de pequenas propriedades rurais, sustentadas principalmente na mão de obra familiar. Essa característica está presente na atualidade, sendo a agricultura o suporte econômico destes municípios, apesar de já haver uma diversificação das atividades econômicas, tanto na área industrial, como do comércio e da prestação de serviços.

Na região da colonização da fronteira entre Santa Catarina, Paraná e Argentina, conhecida como tríplice fronteira, vimos que a ocupação dos campos através da atividade pecuária e da produção e comercialização da erva mate gerou um intenso comércio naquela região desde o século XIX. Através da formação de latifúndios, surgiram movimentos no século XX vinculados a camponeses desprovidos da posse da terra, gerando inclusive um assentamento de camponeses que é referência em cooperativismo. Percebemos que há na região um processo de concentração da terra e urbanização, principalmente no município de Dionísio Cerqueira.

Outro empreendimento de colonização abordado foi a da região de São Miguel do Oeste. Nessa região destacamos o processo de estímulo à urbanização e valorização dos setores industriais e comerciais. Salientamos que esse processo de urbanização gerou problemas de elitização social e a formação de bairros com visível desigualdade social e favelização. Apesar disso, o município de São Miguel do Oeste tornou-se um pólo econômico regional.

Na contextualização do texto são tomadas como referência três regiões de colonização para buscar explicar de forma generalizada o processo de ocupação da região extremo oeste catarinense e contextualizar a formação da sociedade regional. Assim, temos diversas realidades dentro de uma mesma região, que em conjunto forma a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC, formando a diversidade socioeconômica que caracteriza a área de fronteira do Estado.

REFERÊNCIAS

HEINEN, Pe. Luiz. *Colonização do oeste de Santa Catarina, do sudoeste do Paraná e parte do planalto catarinense: aspectos sócio-políticos-econômicos e religiosos*. [Edição do autor], 1991

JORNAL O CELEIRO REGIONAL. Posseiros começam a ocupar área provisória. São Miguel do Oeste, 06 de Junho de 1985.

JUNGBLUT, Roque. *Porto Novo: um documentário histórico*. Itapiranga: Edições Sei-Fai, 2ª edição, 2004.

MOREIRA, Antônio Carlos. *A educação rural no processo de modernização da agricultura em São Miguel do Oeste-SC*, 85f. Monografia (Especialização em

fundamentos da educação) Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus de São Miguel do Oeste, 1995.

PORTAL VIRTUAL IGBE CIDADES. *Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 24/01/2013.

REICHERT, Patrício. *Desavenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo: a segregação social do caboclo*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SILVA, Adriano Larentes da. *Fazendo cidade: a construção do urbano e da memória em São Miguel do Oeste-SC*, 2004, 212 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.
WERLE, André Carlos. **Porto Novo**: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2011.

WERLE, André Carlos. *Porto Novo*: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2011